



Saberes ancestrais e políticas públicas

Além das tradições chinesas e indianas, saberes indígenas também passaram a ganhar reconhecimento institucional. Segundo o Ministério da Saúde, práticas como uso de plantas medicinais, benzimentos, rezas, cantos e rituais de cura são reconhecidas pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Os cuidados acontecem majoritariamente nos territórios indígenas, em articulação com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Recentemente, a Portaria GM/MS nº 10.676, de 2 de abril de 2026, reconheceu oficialmente o papel de pajés, xamãs, parteiras e raizeiros indígenas como especialistas nas redes de atenção e cuidado voltadas aos povos indígenas.

A valorização de saberes tradicionais também passa por experiências construídas dentro de comunidades de matriz africana. No Distrito Federal e Entorno, um projeto coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) busca integrar

conhecimentos ancestrais e tecnologias contemporâneas para fortalecer ações de promoção da saúde, alimentação e sustentabilidade.

Desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB), o Projeto Ecoilê reúne oito terreiros religiosos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). A proposta reconhece esses espaços como territórios de cuidado, produção agroecológica e promoção da saúde.

O projeto envolve o Ilê Axé Idá Wurá; Ilê Eiyelê Ogè Asé Ogodò Asé Osógiyan; Ilê Axé Omò Orã Xaxará de Prata; Ilê Odé Axé Opô Inle; Seara Espírita de Umbanda Ogum, Oxóssi e Xangô; Centro Espírita Social e Cultural Pai Tomé de Aruanda; Nzo Kia Angurusemavulu; e Santuário de Maria — Terreiro Vovó Maria Conga.

Além da produção agroecológica de alimentos e da criação de pequenos animais, a iniciativa trabalha com valorização cultural, soberania e segurança alimentar e nutricional. "O compromisso do projeto